

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Débora Machado Miana de Faria

**EXPLORANDO O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TURISMO COMUNITÁRIO OU DE
BASE COMUNITÁRIA (TBC)**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Prof.^a Edilaine Albertino de Moraes

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Débora Machado Miana de Faria, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201873011, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Explorando o conceito de participação social no turismo comunitário ou de base comunitária (TBC)”, desenvolvido durante o período de 21 de outubro de 2022 a 11 de janeiro de 2023 sob a orientação de Edilaine Albertino de Moraes, ora entregue à Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente,

Juiz de Fora, 18 de janeiro de 2023.

Débora Machado Miana de Faria

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

EXPLORANDO O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TURISMO COMUNITÁRIO OU DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

Débora Machado Miana de Faria¹

RESUMO

O turismo comunitário ou turismo de base comunitária (TBC) é uma ferramenta utilizada para promover a sustentabilidade, valorizando a conservação ambiental, além de promover maior inclusão e valorização social, além da econômica. Isso porque seu interesse está mais atrelado ao desenvolvimento da localidade, integrando os moradores e incentivando-os à participarem das tomadas de decisões, mantendo sua cultura, costumes e identidades. Porém, isto só se torna possível através da participação social. No entanto, para que a participação de fato aconteça é necessário que haja a criação e manutenção de uma consciência crítica e da luta visando a conquista dos espaços democráticos. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a participação social no turismo de base comunitária e, para isso, serão analisados dois casos emblemáticos: a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde (CE) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM). A abordagem investigativa foi qualitativa, utilizando-se de fontes bibliográficas e documentais.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Participação social. Turismo de Base Comunitária.

1. INTRODUÇÃO

O mundo moderno exige, cada vez mais, mudanças de pensamento e de comportamento em relação ao social, uma vez que há desigualdade, pobreza, fome, desequilíbrio ambiental, autoritarismo e outras problemáticas que assolam a humanidade. Esse cenário global ressoa no debate acerca da sustentabilidade iniciado, na década de 1970, a partir da realização da Conferência de Estocolmo, cujo intuito era discutir acerca do meio ambiente e de sua preservação. Tal conferência tornou-se um marco, pois foi a primeira vez em que vários representantes internacionais se reuniram para a discussão sobre o tema emergente.

Outra conferência global relevante, nesse sentido, foi a Rio 92, que aconteceu no Rio de Janeiro. Nela, fora discutido como seria possível conciliar o desenvolvimento e a preservação ambiental, logo, afirmou-se o termo “desenvolvimento sustentável” na arena internacional. Além do termo, um importante documento desenvolvido durante a conferência foi a Agenda 21, que elencou os objetivos entendidos como necessários ao desenvolvimento de forma sustentável.

Sem muitos resultados práticos alcançados, duas décadas depois, em 2015, os países que participam da ONU, entre eles, o Brasil e outros 192 países, criaram a Agenda 2030 contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Tal agenda destacou-se por pensar em um desenvolvimento que inclui, não só o fator econômico, mas também com ênfase nos fatores sociais e ambientais.

Entende-se, portanto, que a ideia de desenvolvimento pautada, exclusivamente, no fator econômico, é problemática e insustentável, pois, ao deixar de lado o aspecto humano, desconsidera-se a mudança social. Logo, o maior desafio da atualidade é pensar em um desenvolvimento centrado no bem-estar da humanidade (CORIOLANO, 2003).

Para a promoção do desenvolvimento de um lugar, uma ferramenta que pode ser utilizada é o turismo (CORIOLANO, 2003; KRIPPENDORF, 2009). No entanto, apesar de promover o desenvolvimento para o local, ele pode, contraditoriamente, prejudicar a vida e a cultura de uma comunidade. A perspectiva do turismo comunitário ou turismo de base comunitária (TBC) tende a modificar tal condição, pois busca valorizar a cultura, a história e os costumes do morador local. Além disso, seu interesse principal não é o mercadológico, mas o de

¹ Graduada em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: tarSeattle@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.^a Edilaine Albertino de Moraes.

fomento ao desenvolvimento capaz de valorizar o fator humano e social (CRUZ, 2009). Além disso, preocupa-se com a conservação ambiental, histórica e cultural, priorizando a participação social na tomada de decisões (IRVING, 2009). Logo, uma nova realidade é construída, objetivada na promoção da inclusão e do sentimento de pertencimento, melhorando a vida da comunidade, além do fomento ao protagonismo social (IRVING, 2009).

Tem-se como grande diferencial na proposta de turismo comunitário em relação ao de massa, além da premissa da sustentabilidade, a participação social, já que a comunidade torna-se agente de mudanças do lugar e de sua realidade (CRUZ, 2009), ou seja, permite-se que o morador seja ouvido. Diferente do turismo de massa, que está voltado para a obtenção do lucro à qualquer custo, independente da cultura local, do meio ambiente e pode prejudicar a identidade da comunidade local (ZAOUAL, 2009).

Logo, este trabalho tem o objetivo geral de analisar a participação social no turismo de base comunitária para compreender formas de fortalecer a voz da comunidade local nas tomadas de decisão. Para alcançar tal objetivo, esta pesquisa conta com os seguintes objetivos específicos: a) entender o que é participação social; b) analisar a participação no turismo comunitário e c) apresentar exemplos de participação no TBC .

O tema da pesquisa foi escolhido a partir do interesse de um turismo em bases sustentáveis, que seja mais integrador, que valorize o patrimônio cultural e histórico de uma região, que dê atenção ao meio ambiente e que exalte mais o morador local do que o turista. Logo, espera-se evidenciar a importância de um turismo baseado na perspectiva do morador local e a luta que enfrentam para serem ouvidos e atendidos.

Logo, a metodologia é baseada em uma abordagem qualitativa, na qual realizou-se levantamento bibliográfico em torno de participação social e TBC, que se deu através do Google Acadêmico, onde foi possível identificar artigos, livros, capítulos de livros, sites sobre o assunto. As discussões acadêmicas e não acadêmicas a esse respeito também foram mapeadas por meio de sites especializados. Dessa forma, o artigo está organizado em cinco partes, sendo: introdução; o que é a participação social; turismo de base comunitária; exemplos no TBC e a considerações finais.

2. O QUE É PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

A participação social forma sociedades sustentáveis (IRVING, 2018), tanto que, na Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente o ODS 11, que busca criar cidades e comunidades sustentáveis e, inclusive, uma das metas é incluir a participação social. No entanto, segundo o V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, de 2021, no Brasil, tal meta está ameaçada por conta da “redução da participação social nos conselhos e a extinção do colegiado que acompanhava a gestão do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social” (GTSC A2030, 2021, p. 71).

Isso é um agravante, tendo em vista a importância de consolidar espaços como esse, como é o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente, onde a sociedade civil tem o direito de participar e ser ouvida para debater sobre as questões ambientais. No entanto, espaços como estes têm sido ocupados, principalmente, por representantes do governo ou da área econômica, diminuindo o número de representantes da sociedade civil nesses conselhos. Destaca-se, ainda:

Em um conselho, o equilíbrio de forças deve ser alicerçado na real paridade entre governo e sociedade civil, estabelecendo de forma criteriosa a igualdade democrática para evitar a prevalência de interesses econômicos, aos quais se alinha, via de regra, o governo, seja em busca do desenvolvimento econômico, ou por meras influências políticas pontuais. (BOCUHY, 2020, s.p.).

Porém, no Brasil, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela participação da sociedade, devido a ocorrência do movimento Diretas Já; da promulgação da Constituição de 1988, do Impeachment do Presidente Collor, o Movimento de Solidariedade da Fome e da Miséria (ASSIS; TAVARES; KANTORSKI, 1995), período em que a população estava insatisfeita e exigiam seus direitos. Além do mais, a década de 1980 representou o enfraquecimento da ditadura militar, que detinha o poder autoritário e restringia as liberdades individuais.

A Constituição de 1988 ou Constituição Cidadã tornou-se um marco por definir o período democrático do país, conhecido como a Nova República. Apesar das críticas em torno do documento, destaca-se a instituição da ampla participação efetiva e anseio por mudanças políticas.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 proporcionou mudanças à sociedade brasileira, dentre as quais se destaca a concretização da antiga reivindicação popular por uma maior

participação da sociedade nos processos de tomadas de decisão e gestão das políticas públicas. Essa Constituição regulamentou novas regras de participação democrática indireta e abriu espaço para novas formas de inserção da sociedade na gestão das políticas públicas de forma direta, como, por exemplo, a legitimação da construção de orçamentos participativos e a criação dos conselhos gestores de políticas públicas (SIMOES; SIMOES, 2015).

Diante disso, é possível entender a importância do exercício da participação social como um direito adquirido, que proporciona a garantia da democracia. No entanto, não existe uma única definição que explique o que é participação social, mas há como entender o conceito por meio de suas propostas e suas questões norteadoras. Ademais, é importante destacar que este é um processo que procura construir a consciência crítica, combater a desigualdade e o autoritarismo, logo, criar um espaço mais inclusivo. No entanto, a participação não é algo fácil e simples, já que necessita ser conquistada, além do mais, é um processo que demanda luta, confronto e tempo (BORDENAVE, 1983; DEMO, 1996).

Vale destacar que tal processo só é possível caso as pessoas tenham a consciência crítica diante de sua realidade, a aprender a lidar com as emoções, com os desafios e com pessoas orientadas por ideias e visões de mundo diferentes. No limite, participar é um exercício de autodescoberta, entender como podem modificar a realidade que vivem, os desafios, as lutas e acima de tudo aprender a organizar o grupo e estabelecer um diálogo (BORDENAVE, 1983). Como também, ao adquirir o conhecimento fica mais difícil de manipular as pessoas, porque não é algo que se tira delas, logo se torna detentora do poder e vai usá-la para exigir seus direitos.

É crucial entender que o ato de participar não é instintivo, mas que é preciso aprender e aperfeiçoá-lo através da teoria e da prática (BORDENAVE, 1983). Nesse momento, é evidente a importância da consciência crítica, porque conhecendo a si mesmo e seus obstáculos, também se aprende a lidar com outras pessoas, logo participar é saber lidar com um grupo, que muitas vezes tem outras opiniões e pontos de vista, podendo gerar conflitos, e não deve ser entendido como um ato individual. Portanto, o diálogo é crucial para a existência da participação, porque no limite, significa entender a perspectiva do outro, respeitar outros pontos de vista, além de melhorar a fala e saber conviver com o outro (BORDENAVE, 1983, p. 50-51).

Diante disso, no processo de consciência crítica, a participação não é algo ofertado e garantido, mas algo que deve ser conquistado (DEMO, 1996). No limite, a participação é uma luta para conquistar espaços democráticos, onde a população pode ser ouvida e ter o direito de reivindicar suas necessidades e se organizar, além de garantir que a democracia de fato aconteça, podendo assim combater as desigualdades. Demo (1996, p.26) aponta que “organizar-se para conquistar seu espaço, para gerir seu próprio destino, para ter vez e voz, é o abecê da participação” (DEMO, 1996, p. 26). Para que os espaços democráticos funcionem é vital que a organização esteja presente.

Diante deste cenário e das questões abordadas, é possível compreender que não se trata de um processo instantâneo e fácil, visto que requer tempo e esforço de seus participantes. Para que a participação aconteça, os agentes precisam mesmo da formação de uma consciência crítica. Demo (1996) entende que, a complexidade está na sua banalização, porque ignoram as dificuldades desse processo, como algo que precisa ser conquistado, assim as pessoas entendem como “se fosse algo tendencial, natural e corriqueiro” (DEMO, 1996, p. 20), o oposto do que realmente acontece.

Em linhas gerais, o ato de participar é promover a democracia, combater as desigualdades e só é possível quando o grupo conhece a si mesmo, porque é um processo grupal e não individual, tem organização e diálogo. No limite, é preciso ter consciência de sua realidade para saber a forma como modificá-la. É importante ressaltar que, participação significa divisão equitativa de poderes, muitas vezes esse é o temor dos detentores do poder, porque se dão conta que não conseguirão manipular esse grupo, já que esses têm uma aquisição do poder e formação da consciência crítica (BORDENAVE, 1983).

A partir dessa fundamentação, consideram-se como pontos-chave para que a participação aconteça: a consciência crítica, a conquista e a organização de espaços democráticos. A consciência crítica é necessária para que as pessoas saibam enxergar sua realidade e conseguir modificá-la, logo exigir e gozar de seus direitos. O ato de participar não é um ato instintivo humano e só é possível quando ensinado e aprendido. Ademais, para participar é necessário conquistar os espaços, porque não é algo cedido ou dado, o que implica a organização da população e criação de espaços democráticos para modificar a sua realidade e a lidar com as divergências, os conflitos e os sentimentos dos grupos envolvidos.

3. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COM ENFOQUE NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Participar é permitir a criação de espaços mais democráticos, além de combater as desigualdades e permitir que os direitos sejam garantidos. A partir desse reconhecimento, o turismo de base comunitária tem como elemento básico para o seu funcionamento a participação social, além da conservação cultural, social e ambiental, muito diferente do turismo massificado, na qual desvaloriza o local e afetam negativamente os moradores locais.

Segundo Krippendorf (2009), o turismo é uma ferramenta utilizada para melhorar a economia de uma região, uma vez que há oferta de trabalho, circulação de dinheiro, e melhorias no espaço para melhor atender o turista. No entanto, esses serviços turísticos geralmente não são bem remunerados, muitos não têm qualificação e há uma sobrecarga de serviços no período de alta temporada. Apesar de trazer benefícios econômicos, os lados social e ambiental são destruídos por conta das atitudes dos turistas, que pouco se importam com a comunidade onde visitam. Essa situação é visível nesse trecho sobre o turista:

Ele defende, antes de tudo, a própria causa e não tem pretensões de trabalhar pela compreensão entre os povos, pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo, pela expansão econômica nem pela preservação da paisagem. Ele age de forma egocêntrica, o que é muito compreensível. Ninguém, até hoje, lhe abriu os olhos sobre as consequências desse procedimento nem sobre a responsabilidade que lhe cabe no sistema turístico (KRIPPENDORF, 2009, p. 69).

Além disso, o morador se torna “negligenciado” e sem voz para exigir seus direitos e participar das tomadas de decisão (KRIPPENDORF, 2009), no fim das contas é necessário aceitar o que não quer, já que essa atividade vai trazer um desenvolvimento econômico para o local, mesmo que afete o social e ambiental. No turismo de massa, o turista não se importa com o morador local, com sua cultura história e costumes, o primeiro se acha no direito porque está pagando, logo tudo pode, como apontado pelo autor.

Na contramão desse turismo massificado tem o turismo de base comunitária, que procura atender as necessidades dos autóctones, na preservação de sua identidade e também promover o desenvolvimento local que seja mais humano e social (CRUZ, 2009). No limite, é um turismo sustentável, não apenas no sentido ambiental, na preservação dos recursos naturais, mas social, porque o objetivo é permitir que a participação social esteja presente, que tenha mudanças positivas na vida das pessoas, como melhores condições de vida, assim como a economia local, e assim reduzir as desigualdades (MORAES; IRVING; 2018). Irving defende que a ideia-força de sustentabilidade também é associada ao social, conforme o trecho a seguir:

Refletir sobre desenvolvimento sustentável pressupõe, portanto, uma investigação que parte do social como eixo central de reflexão e análise. Nesse caso, o compromisso de participação social no processo de tomada de decisões construiria um pré-requisito para a construção de sociedades sustentáveis e para todo e qualquer projeto planejado e implementado sob tal designação conceitual (IRVING, 2018, p. 58).

O TBC também tem como intuito permitir “a inclusão econômica e social de populações de regiões periféricas e, também, para a valorização dos modos de vida de populações tradicionais” (IRVING; MORAES, 2018, p. 317). Essas comunidades, muitas vezes, são esquecidas pelos governantes e pouca proteção tem, logo utilizam esse turismo para modificar suas realidades e não depender exclusivamente dos políticos para se manterem e sobreviverem.

Em síntese, o turismo comunitário apresenta uma forma inovadora de pensar e fazer turismo, que seja mais sustentável e humano, mas sem dúvida, o diferencial está no protagonismo do morador e, principalmente, na participação social no processo em torno dessa prática. Essa qualidade, segundo Irving (2018) é um dos caminhos a se seguir para alcançar sociedades mais sustentáveis, além disso, permite a construção de consciência crítica, permitindo assim que as pessoas entendam seus direitos, seus deveres e a necessidade de combater às desigualdades, como também criar um ambiente mais democrático. Ainda assim, há uma resistência da participação nos projetos de desenvolvimento turístico, porque:

A resistência ao processo participativo na dinâmica de planejamento de projetos turísticos parece ter sua explicação nas dinâmicas vigentes de exercício de poder, nas culturas institucionais rígidas e obsoletas para a dinâmica contemporânea e, também, na leitura de

viés político-partidário simplista e convencional sobre o tema, para a qual “participação social implica o risco da divisão de poder com relação às esferas de poder instituídas” (IRVING, 2018, p. 83).

Assim como, a participação social no turismo de base comunitária é importante para desenvolver o empoderamento, governança democrática e inclusão social, ou seja, dar voz e poder às comunidades que foram ignoradas ou excluídas, logo desenvolvem um sentimento de pertencimento (IRVING, 2009). A autora aponta ainda que quanto maior a participação nos projetos e no planejamento turístico, mais claro fica o alto índice de protagonismo social e a sustentabilidade.

Apesar desse cenário inovador e diferenciado, o turismo de base comunitária enfrenta obstáculos que necessitam de atenção. Um dos pontos a levar em consideração é o entendimento equivocado do TBC como um substituto do turismo de massa (MORAES; IRVING, 2018, p. 318), pois ambas são diferentes no jeito de se fazer turismo e o tipo de turista que querem atrair, porque não são todos que tem interesse de saber sobre outra cultura. Zaoual (2009) aponta o surgimento de um novo turista, que valoriza a qualidade mais que o quantitativo, a necessidade de procurar pela autenticidade, que “querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos”, esse perfil é o que encaixa no turismo comunitário. O intuito dessa prática é estabelecer um encontro entre culturas, valorizar a cultura local, sua história e cultura e assim promover o sentimento de pertencimento, além da presença do protagonismo social.

Além disso, outro erro cometido é reduzir o TBC e tirar o valor das lutas travadas pela comunidade em defesa da garantia de seus territórios, ou seja, as comunidades tradicionais ou locais serem vistas dignas de pena em vez de agentes da mudança e de empoderamento. Esse debate é antigo em sua elaboração, como visto a seguir:

Além disso, desde a origem do debate, o TBC vem sendo associado a uma leitura excessivamente idealizada e simplista das dinâmicas socioculturais, que se expressa na armadilha recorrente da “vitimização” das populações locais e/ou tradicionais, o que dificulta uma interpretação realista das questões de fundo e dos eventuais riscos que precisam ser considerados em planejamento turístico (MORAES; IRVING, 2018, p. 317-318).

Fazer essa leitura equivocada é tirar o valor das lutas e das conquistas que as comunidades locais e tradicionais travaram para conseguir seus direitos e serem escutados. Em relação a esse equívoco, Moraes e Irving (2018) apontam que:

[...] deve-se desmistificar a interpretação simplista e estereotipada do TBC, como se esse representasse uma prática na qual um grupo social desfavorecido recebe, em seu convívio cotidiano, pessoas curiosas pelo exotismo local, apenas para aumentar a sua renda e melhorar a sua qualidade de vida. O TBC só vai acontecer, de fato, se estiver baseado em uma perspectiva dialogal entre turistas e comunidades anfitriãs e se for resultado de um real encontro entre ambos (MORAES; IRVING, 2018, p. 333-334).

Em síntese, os pontos chave da participação convergem com as premissas do TBC. Isso porque as comunidades locais ou tradicionais precisam entender a realidade em que vivem e seus desafios, além do mais precisam conquistar os espaços democráticos para que não dependam apenas do Estado para se manterem. E o mais importante é a organização dos espaços, onde as comunidades podem discutir sobre os interesses comuns e como melhorá-la, no entanto, nesses encontros não significa que haverá passividade, uniformidade e desavenças, como será apresentado adiante nos casos de TBC.

4. CASOS REAIS DE PARTICIPAÇÃO NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Conforme elucidado anteriormente, a participação social é um dos princípios norteadores do turismo de base comunitária, permitindo que a população seja ouvida e que participe da tomada de decisões para que não prejudique a sua vida, cultura, costumes e tradições. Portanto, serão refletidos duas experiências de TBC, localizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM) e na Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (CE), duas categorias de manejo de unidades de conservação que pressupõem o exercício

participativo e o protagonismo da comunidade tradicional, que vivem no interior dessas áreas, no processo de tomada de decisão sobre as demandas dos moradores e das próprias UC.

4.1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

A RDS Mamirauá tem “a maior área protegida de várzea na Amazônia brasileira, compõe o Corredor Central da Amazônia e é considerado pela Unesco, um Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade” (OZORIO; PERALTA; VIEIRA, 2016, p. 12). Sua localização abrange os municípios de Uarini, Fonte Boa, Maraã, Juntai, Alvarães e Tefé, na região do Médio Solimões Amazonense. Esta não é uma área apenas com uma rica biodiversidade e que abrange apenas a cultura indígena, mas com a presença de populações tradicionais, como caboclos, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros e outros (COELHO, 2013).

Segundo Ozorio, Peralta e Vieira (2016), na década de 1990, após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Rio 92, o ecoturismo apareceu no território brasileiro, utilizando os princípios de sustentabilidade, para a melhoria da vida das pessoas que trabalham com o turismo e uma forma adicional de preservação ambiental, contando com a participação comunitária no processo turístico. Logo:

Isso foi particularmente importante, porque o turismo era uma atividade econômica exógena à economia local. Portanto, a atividade era sempre cercada de diversos equívocos- seja em relação ao retorno financeiro, aos motivos ou às intenções dos visitantes, ou ao impacto da atividade. Essa interação entre turistas e população local, logo no início do projeto, esclareceu as intenções dos ecoturistas aos olhos dos residentes, deu experiência prática na prestação de serviços para alguns comunitários, e gerou alguns benefícios econômicos, o que rendeu algum interesse no empreendimento por parte de outras comunidades (OZORIO; PERALTA; VIEIRA, 2016 p. 21).

No entanto, a mudança mais significativa apareceu em 1998, através do Programa de Turismo de Base Comunitária (PTBC) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, na qual o interesse estava em promover o protagonismo das comunidades locais (OZORIO; PERALTA; VIEIRA, 2016).

Vale ressaltar que o destaque está no interessante caso da Pousada Uacari, uma vez que é um empreendimento flutuante isolado geograficamente e a mão de obra é constituída pela comunidade local. Sem contar que “o empreendimento surgiu em um contexto de um projeto de conservação e desenvolvimento dentro de uma unidade de conservação de uso sustentável” (OZORIO; PERALTA; PINTO; VIEIRA, 2016, p. 112). Esse diferencial tem chamado atenção dentro e fora do país, sendo reconhecido na mídia, em Guias de Turismo e revistas especializadas do turismo.

Além do mais, Cassali (2018) aponta ainda que a Pousada Uacari gera uma “alternativa e fonte complementar de renda”, já que os moradores não poderiam viver mais da extração dos recursos naturais como antes. Ela ainda aponta que:

Contudo, observa-se que, talvez, a maior interferência do turismo de base comunitária na vida da população local, foi a partir do contato dos moradores com os turistas, foi e é a mudança de percepção de ribeirinho sobre o seu território e sobre si. O sentimento de orgulho gerado ao mostrar a várzea e a sua história aos turistas, promoveu proteção da floresta e a valorização cultural. A ampliação da visão do comunitário provocado a partir do contato com outras culturas e possibilidades, gerou novos sonhos e perspectivas (CASSALI, 2018, p. 39).

Entres os objetivos da Pousada, estão elencados: contribuir para a conservação dos recursos naturais; promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas; promover o empoderamento local; disseminar a experiência de turismo de base comunitária; contribuir com a geração de conhecimento sobre a criação, desenvolvimento, operação e monitoramento de empreendimentos de turismo de base comunitária; influenciar políticas públicas e melhoria do turismo de base comunitária no Brasil.

O interessante deste caso é que, desde o início, o Instituto Mamirauá pensava na comunidade local, tentava introduzir a comunidade nos projetos, tentavam melhorar a economia local. E com o surgimento do turismo de base comunitária na região, a população local pode se capacitar para atuar na Pousada Uacari e, portanto, não foram negligenciados no processo.

A existência da RDS Mamirauá só foi possível por conta da participação social, uma vez que foi através da luta da associação entre líderes do Movimento Preservação e um grupo de pesquisadores que lutavam para proteger a região do desmatamento e da pesca predatória (PERALTA; VIEIRA; OZORIO, p.19, 2016). No limite, para que essa luta fosse possível foi preciso o Movimento Preservação e os pesquisadores entendessem os problemas que acontecessem naquela região, ou seja, ter uma consciência as necessidades e os desafios do lugar. Mas, foi necessário a existência da união da associação e dos pesquisadores para que se criasse um espaço democrático, onde discutir e debater sobre a necessidade de preservar uma área com uma rica biodiversidade.

Para atuar especificamente com turismo, foi criada, em 2002, a Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá (AAGEMAM). Essa foi a forma encontrada pelos próprios moradores para organizar a gestão do turismo e fortalecer a organização comunitária (Figura 1). A maioria dos funcionários é das comunidades ribeirinhas, desde a gerência, passando pelos guias locais, camareiras, cozinheiros, auxiliares e zeladores. A equipe da Pousada Uakari funciona em sistema de rodízio, cada pessoa trabalha em média 10 dias por mês e depois volta para casa. Desse modo, evita-se a dependência do turismo e incentiva a continuidade da produção das demais atividades tradicionais (UAKARI, 2021).

Figura 1: Membros da AAGEMAM.



Fonte: <https://www.uakarilodge.com.br/base-comunitaria>

4.2 Reserva Extrativista Prainha Do Canto Verde

A Prainha do Canto Verde está localizada no litoral do Ceará, no município de Beberibe, além disso sua atração se deve as belas paisagens, com praias, dunas e das Lagoas (MENDONÇA, IRVING, 2004). Por conta de sua localização favorável, o turismo chegou ao local, mas apesar de gerar lucro, os moradores dessa região se sentiram ameaçados, porque estavam sendo expulsos de suas terras e destruindo a natureza, assim como a sua cultura. No limite, essa comunidade teve que lutar e resistir ao turismo massificado (MENDONÇA, 2009).

Além disso, a comunidade sobrevive da pesca artesanal, da colheita agrícola e do trabalho artesanal e com a invasão de agentes externos em seu território se sentiram prejudicados, uma vez que estavam sendo deixados de lados e prejudicando a forma em que viviam. Logo, os moradores não viram outra alternativa a não ser lutar e resistir por seu espaço, seu direito e sua cultura. Essa luta começou em meados da década de 1970, por conta da ameaça de grileiros e da especulação imobiliária, isso porque a região se encontra em uma área rodeada de atrativos turísticos (MORAES; FRAGELLI; IRVING, 2017).

Em 1990, a comunidade teve de lutar novamente, uma vez que não estava sendo beneficiada pela forma de desenvolvimento proposto pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR),

já que o “território tradicional” não estava sendo protegido e assim correndo o risco de acabar com uma cultura, uma tradição e uma história (MORAES; FRAGELLI; IRVING, 2017).

A Associação dos Moradores foi fundamental para a construção de turismo comunitário nessa localidade, uma vez que nessas reuniões as pessoas aprendiam a participar, percebiam as suas necessidades, além de entenderem como modificar essa realidade (MENDONÇA, 2009). Diante disso, os moradores da Prainha do Canto Verde percebem que a prática turística ia continuar, mas desejavam assumir o controle do turismo, sendo eles quem controlaria e assumiria a responsabilidade da prática turística, logo eles iam se beneficiar e não iam ser prejudicados. Como apontam Mendonça e Irving:

Mas, apesar do desafio, a comunidade da Prainha do Canto Verde, de maneira contraditória às demais práticas turísticas em curso no Brasil e, cansada de esperar do Estado soluções para a melhoria da qualidade de vida, buscou o engajamento e autonomia para o desenvolvimento de seu próprio projeto turístico. Assim, o desafio se tornou realidade e, o discurso se expressou na prática (MENDONÇA, IRVING, 2004, p. 20).

Segundo Mendonça e Irving (2004), a formação do “Projeto Social Responsável” aconteceu a partir da preocupação com o morador da comunidade, ouvindo suas ideias, suas preocupações e anseios, para que conseguisse preservar a sua identidade. Portanto, eles criaram outra forma de hospitalidade até então empregada, ou seja, os moradores criam uma relação que vai além do interesse do dinheiro, eles estão interessados em criar um vínculo duradouro de amizade com os turistas e que seja memorável e não passageiro (MENDONÇA, IRVING, 2004).

A Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (Figura 2) solicitou, em 2001, a criação de uma RESEX no meio terrestre e marinho, pois foi uma estratégia usada na preservação da identidade local, da diversidade, além da “garantia e o acesso ao direito de permanência em seu território” (MORAES; FRAGELLI; IRVING; 2017, p. 1887). Logo, a solicitação foi atendida em 2009 e representou um grande marco, já que a comunidade conseguiu seus direitos através de muita luta e organização.

No entanto, a criação da RESEX também gerou um problema na comunidade, pois houve uma separação de interesses e assim outra associação foi criada, a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacentes (AIMPCVA). Logo, ela tem uma ação contra a ICMBio e a União, devido a criação da RESEX, uma vez que:

[...] dessa forma, os moradores não podem mais realizar pequenas construções ou reformas em suas casas, tampouco vendê-las. Para essa entidade, a RESEX constitui um problema para o desenvolvimento do turismo, por impedir a ampliação do número de pousadas disponíveis ou a estrutura física daquelas já existentes (MORAES; FRAGELLI; IRVING, 2017, p.1889).

Apesar disso, a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde é ainda um destaque ao se referir sobre o TBC, principalmente por conta da participação social. Essa questão só foi possível por conta do exercício da autocrítica, da promoção dos espaços democráticos e pela conquista desses espaços democráticos, como a associação de moradores.

Figura 2: Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde.



Fonte: <https://www.facebook.com/CantoVerdeTurismo/>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de base comunitária é uma forma diferente de fazer turismo, uma vez que é norteado por ações e ideias que busquem a sustentabilidade, através da conservação da natureza, da cultura, costumes dos moradores locais. Seu diferencial reside no fato de pensar em promover um desenvolvimento, que beneficie a comunidade local, seja econômica ou socialmente, e garanta os seus direitos fundamentais.

Para que isso possa dar certo é preciso que haja a participação social e assim promover espaços que sejam mais democráticos, onde a comunidade possa aprender quais são seus direitos e exigí-los. Em linhas gerais, é dar voz, espaço e autocrítica para aqueles que pertencem a culturas tradicionais, como ribeirinhos, caiçaras, quilombolas e outros.

Portanto, o presente artigo teve o interesse de entender a participação social no TBC. Para isso, foi preciso entender esse conceito através de suas propostas, os embates e suas questões norteadoras, como por exemplo, a participação é conquistada, assim como busca por espaços democráticos e construir a autocrítica.

Além do mais, foram apresentados dois casos de sucesso do TBC no território brasileiro, os casos de Mamirauá e Prainha do Canto Verde. Esses casos tiveram êxito, porque houve o exercício da participação dos moradores, onde tiveram de lutar por seus direitos e participaram do desenvolvimento do turismo do seu próprio jeito, podendo se beneficiar e serem valorizados por seus costumes, história e tradição, sem serem excluídos. De todo modo, as duas experiências refletidas revelam a necessidade de mobilização comunitária constante diante das problemáticas e novos desafios que assolam os seus territórios.

6. REFERÊNCIAS

ASSIS, Marluce Maria Araújo; KANTORSKI, Luciane; TAVARES, José Lucimar. Participação social: um espaço em construção para a conquista da cidadania. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 329-340, 1995. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-71671995000400003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/reben/a/6mWS5pyFrpDSGGZWh7QJPCm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BOCUHY, Carlos. **Evoluir para a sustentabilidade exige participação social**. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/evoluir-para-a-sustentabilidade-exige-participacao-social/#:~:text=Os%20conselhos%20ambientais%20s%C3%A3o%20fundamentais,pr%C3%B3%20sociedade%20e%20pr%C3%B3%20sustentabilidade>.

BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. **O que é participação?**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASSALI, Bianca Oliveira Dantas. Considerações finais. *In*: CASSALI, Bianca Oliveira Dantas. **Turismo de base comunitária**: Estudo de caso: Pousada Uacari. 2018. Monografia (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2018.

COELHO, Eduardo de Ávila. Refletindo sobre o turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 313-326, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual:: para pensar a realidade brasileira. *In*: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009, p.92-107.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

IGNACIO, Julia. **ECO-92: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados?**. 2020.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/eco-92/>

IRVING, Marta de Azevedo. Participação, inclusão social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Por uma nova ótica em projetos turísticos. *In*: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de. **Turismo**: Ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio digital, 2018, p.57-89.

IRVING, Marta de Azevedo. Reiventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível?. *In*: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009, p.108-121.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: Para uma nova compreensão do lazer das viagens.3.ed.São Paulo: Aleph, 2009.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. *In*: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; IRVING, Marta de Azevedo. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil- Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 4, n. 4, 2004.

MORAES, Edilaine Albertino de. FRAGELLI, Claudia; IRVING, Marta de Azevedo. Turismo de Base Comunitária no sentido da dádiva: que caminhos trilhar em reservas extrativistas? **Anais do Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

MORAES, Edilaine Albertino; IRVING, Marta de Azevedo. Turismo de base comunitária: Entre utopias e caminhos possíveis no contexto brasileiro. *In*: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de. **Turismo**: Ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio digital, 2018, p.317-345.

OZORIO, Rodrigo Zomkowski; BEZERRA, Nelissa Peralta; VIEIRA, Fernanda Sá. **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé, AM: [s. n.], 2016.

REDAÇÃO. **ODS 11: Conheça o Objetivo da ONU para as cidades**. 2022. Disponível em:

https://habitability.com.br/ods-11-conheca-o-objetivo-da-onu-para-as-cidades/?utm_source=google_pago&utm_medium=&utm_content=&gclid=EAlalQobChMIgv2y2vay_AIVEmSRCh07rQUGEAAYASAAEgKcC_D_BwE

RESENDE, Marília Ruiz. **Constituição Federal de 1988: entenda a Constituição Cidadã**.2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-federal-1998>

SILVA, Daniel Neves. **Constituição de 1988**. UOL. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/constituicao-1988.htm>

V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil.2021.

https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf

VENTURI, Eunice. **Instituto Mamirauá comemora 15 anos de atuação na Amazônia.** Instituto de Desenvolvimento Mamirauá, 2014. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/instituto-mamiraua-comemora-15-anos-de-atuacao-na-amazonia>

VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, São Luís , Maranhão. **Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro** [...]. [S. l.: s. n.], 2015. autores: SIMOES, Gabriel Lima; SIMOES, Janaina Machado.

ZAQUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado:: quais as transições?. *In*: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009, p.55-74.